



Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2025

Ao

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ref.: **Data Base – Junho/2025**

Prezados Senhores,

Em conformidade com as disposições do artigo 45 da Resolução BCB nº 2/2022, onde dispõe sobre a remessa das demonstrações financeiras, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório do Auditor Independentes;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstrações dos Resultados dos Exercícios;
- e) Demonstrações dos Resultados Abrangentes;
- f) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- h) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Também, registramos que as demonstrações financeiras foram divulgadas no sítio eletrônico da Instituição, **BANCO CLÁSSICO S.A.:** www.bancoclassico.com.br

Declaramos para os devidos fins que os documentos aqui apresentados correspondem às movimentações financeiras no período.

Atenciosamente,

Banco Clássico S.A.

BANCO CLASSICO
SA:315975520001
52

Assinado de forma digital
por BANCO CLASSICO
SA:31597552000152
Dados: 2025.09.15
14:49:52 -03'00'

Demonstrações Contábeis

BANCO CLÁSSICO S.A.

CNPJ: 31.597.552/0001-52

30 de junho de 2025

com Relatório do Auditor Independente.

BANCO CLÁSSICO S.A.

Avenida Presidente Vargas, nº 463 – 13º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ

CNPJ Nº 31.597.552/0001-52

Demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente.....	4-8
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado.....	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14-27

Relatório da Administração

1º Semestre – 2025

O Banco Clássico S.A. apresentou resultados POSITIVOS, prosseguindo na estratégia de investimentos no setor de infraestrutura do País, particularmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás.

Anualmente, a estratégia da Organização é revisada com a finalidade de ajustar o posicionamento quanto necessário e corrigir eventuais desvios de rota preestabelecida.

Assim, concluímos, mais um ciclo pautado no Código de Ética da Organização que buscamos sempre assegurar balanço sólido e rentabilidade consistente, proporcionando agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável nos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

Diretoria

José João Abdalla Filho	Diretor Presidente
Raquel da Fonseca Cantarino	Diretor Vice Presidente
Manoel Eduardo Lima Lopes	Diretor
Ronaldo Dias	Diretor

Contador

Ricardo Rodrigues Fraga	CRC 072358/RJ
-------------------------	---------------

Auditor Interno

Jorge Miguel de Bessa Menezes	CRC 079834/RJ
-------------------------------	---------------



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Av. das Américas, nº 3.333 – Sala 1012 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 22.631-003 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Clássico S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos financeiros

O Banco Clássico S.A. possui investimentos em cotas de fundos de investimento, cuja mensuração ao valor justo se dá pela atualização dos valores das cotas dos fundos investidos divulgadas pelos respectivos administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo em função do valor de mercado que compõem a sua carteira de ativos. Devido à relevância desses investimentos em relação ao patrimônio líquido do Banco, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstâncias:

- Obtivemos a confirmação da quantidade cotas de fundos detidas pelo Banco;
- Recalculamos a valorização das aplicações nos fundos investidos, com base nas cotas divulgadas pelos respectivos administradores;
- Obtivemos as carteiras de investimento dos fundos investidos na data-base na nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se os valores das cotas divulgadas representam adequadamente os seus valores justos; e
- Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

**AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.**

Av. das Américas, nº 3.333 – Sala 1012 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 22.631-003 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Av. das Américas, nº 3.333 – Sala 1012 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 22.631-003 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Av. das Américas, nº 3.333 – Sala 1012 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 22.631-003 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

CRC RJ-Nº 0202

THIAGO BARROS GIRÁLDEZ
- Contador CRC-RJ Nº 110.524/O-8 -

BANCO CLÁSSICO S/A

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Notas	30/06/2025		Notas	30/06/2025
Circulante		32.996.126	Circulante		15.261.666
Disponibilidades	4	907	Passivos financeiros	10	4.575.802
Instrumentos Financeiros	5	32.811.094	Ao custo amortizado		4.575.802
Ao custo amortizado		4.318	Depósitos		262
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.318	Obrigações por operações compromissadas		4.575.540
Ao valor justo por meio do resultado		4.579.189	Passivos fiscais		10.684.482
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.579.189	Imposto de renda e contribuição social co	11	51.372
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		28.227.587	Imposto de renda e contribuição social dif	12	10.633.110
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		28.227.587	Outros passivos	13	1.382
Ativos fiscais	6	5.825	Fiscais e previdenciárias		1.377
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		5.825	Diversas		5
Outros ativos	7	178.300			
Rendas a receber		70.491			
Outros		107.809			
Não circulante		339.976			
Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	8	338.801	Patrimônio líquido	15	18.074.436
Imobilizado	9	1.175	Capital Social		4.950.891
			(-) Capital a realizar		172.380
			Reserva de lucros		204.149
			Outros resultados abrangentes		12.747.016
Total do ativo		33.336.102	Total do passivo e do patrimônio líquido		33.336.102

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>
Receitas de juros		250.861
Resultado com títulos de renda fixa		114
Receitas de renda variável		70.702
Receita de prestação de serviços		143
Outras rendas operacionais		1.891
Despesas de juros		(249.895)
Receitas		73.816
Total de receitas operacionais	17	73.816
Despesas de pessoal	18	(662)
Despesas administrativas	19	(6.129)
Despesas tributárias	20	(315)
Outras despesas operacionais		(923)
Despesas operacionais		(8.029)
Resultado operacional		65.787
Resultado não operacional		-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		65.787
Imposto de renda		-
Contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social		-
Participações societárias no lucro		-
Lucro líquido do semestre		65.787
Quantidade de ações		745.687
Lucro líquido por lote de mil ações		88,22

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre	<u>65.787</u>
Outros resultados abrangentes	<u>980.864</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados para o resultado	980.864
Resultado abrangente	<u><u>1.046.651</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Outros resultados abragentes	Lucros acumulados	Total
			Reservas legal	Reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.899.258	32.082	138.362	172.380	11.766.153	-	17.008.235
Futuro aumento do capital social	-	19.550	-	-	-	-	19.550
Aumento do capital social	51.632	(51.632)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	65.787	65.787
Resultado abrangente	-	-	-	-	980.864	-	980.864
Destinações:							
Constituição da reserva legal	-	-	3.289	-	-	(3.289)	-
Constituição da reserva de lucro	-	-	-	62.498	-	(62.498)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	4.950.890	-	141.651	234.878	12.747.017	-	18.074.436
Mutação do semestre	51.632	(32.082)	3.289	62.498	980.864	-	1.066.201

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		65.787
Ajustes ao lucro		
Depreciação e amortização		27
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(470.279)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(923.918)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(2.502)
Outros Ativos		58.345
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		473.471
Outros Passivos		799.333
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades operacionais		<u>264</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição (Baixa) Ativo imobilizado		(309)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(309)</u>
Aumento (Decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(45)</u>
Início do semestre		952
Final do semestre	4	907
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(45)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 36 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

2. Base de Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

De acordo com a Resolução nº 4.818 de 29/5/2020 e Resolução CMN nº 4.966 de 29/11/2021, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Administração optou pela apresentação das notas explicativas completas e está dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações contábeis individuais de acordo com essas regras estão disponíveis no site:

https://www.bancoclassico.com.br/dados_financeiro.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.4. Convergência às normas internacionais de contabilidade

Foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Resolução CMN nº 4.967/2021 - CPC 28 - Propriedade para Investimento
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 41 - Resultado por Ação
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

- Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 - (R1) - Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo Imobilizado

2.5. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, ativos não financeiros, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços da Instituição são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e custódia de seus ativos. A taxa de administração é calculada sobre os patrimônios líquidos diários dos fundos, capital comprometido ou capital investido, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Posição Bancada), Aplicações em Títulos de Renda Fixa e Aplicações em cotas de Fundos de Investimento.

d) Instrumentos Financeiros

Classificação de Ativos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

i) Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;

iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos nas categorias acima.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa (Só Paga Principal e Juros – teste do SPPJ).

Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

i) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

ii) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

iii) Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme a Seção III deste Capítulo;

iv) Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados como contratos híbridos;

v) Garantias financeiras prestadas.

e) Investimentos

Os investimentos em participações de controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais que variam de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

g) Intangível e Ágio

Os ativos intangíveis são compostos por licenças adquiridas de programas de computador e custos de desenvolvimento de softwares e plataformas de negócio e são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto.

h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

i) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 ao semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação é calculada à alíquota de 20% e ajustada pelas adições e exclusões previstas na legislação. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem da provisão para pagamento de participações nos lucros e provisão para créditos de liquidação duvidosa, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e alterações posteriores, forem atendidos.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução CMN nº 3.823/2009 e são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa;
- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; e
- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

k) Resultado não recorrente

As avaliações sobre a natureza dos resultados não recorrentes são realizadas nos termos da Resolução BACEN nº 2/2020. O Banco Clássico considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (b) - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2025 o Banco Clássico não registrou receitas e despesas não recorrentes.

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São compostas em sua totalidade por depósitos em instituições bancárias e com liquidez imediata:

	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2025</u>
DISPONIBILIDADES		
Depósitos Bancários		
Caixa	N/A	621
Reservas Livres BCB	N/A	285
Total Caixa e equivalentes de caixa		907

5. Instrumentos Financeiros - Classificação por categoria

O Banco Clássico utiliza uma política conservadora ao aplicar sua disponibilidade de caixa, diversificando seus investimentos em Títulos Públicos, Fundos de Investimento próprios e Renda Variável, a classificação por natureza e categoria em 30 de junho de 2025 estão apresentadas abaixo:

Ao custo amortizado

	<u>30/06/2025</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	
Títulos e Valores Mobiliários	
Letras Financeiras do Tesouro	4.318
Total	4.318

Ao valor justo por meio do resultado

	<u>30/06/2025</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	
Posição Bancada	
Letras do Tesouro Nacional	3.678
Posição Financiada	
Letras Financeiras do Tesouro	1.565.901
Letras do Tesouro Nacional	3.273.372
Total	4.839.273
Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	(263.762)
Total	4.579.189

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	<u>30/06/2025</u>
Títulos e Valores Mobiliários	
Cotas de Fundos de Investimento	
Fia Dinâmica	27.291.545
Banclass	895.688
Vinculados a Garantias	
Engie <i>(Nota 5.a)</i>	40.354
Total	<u>28.227.587</u>
Ajustes ao Valor Justo (Outros resultados abrangentes)	1.823.939
Impostos diferidos	(820.772)
Outros ajustes	(22.303)
Total	<u>980.864</u>
Total	<u>27.384.512</u>

Nota 5.a – Vinculados a prestação de garantias

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 14.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

O Banco Clássico era titular 1.121.844 ações ordinárias da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, bloqueadas em razão da garantia oferecida nos autos do processo nº 0070119-89.2015.4.02.5101 na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Porém, em 16 de setembro de 2019, essas ações foram alienadas pelo custodiante, sem a autorização ou ciência do Banco, para atendimento de ofício que requeria o depósito judicial correspondentes aos frutos e bonificações dessas ações penhoradas. Como consequência, o Banco Clássico notificou o custodiante para que as referidas ações fossem devolvidas a sua custódia. Até a aprovação das presentes demonstrações contábeis as ações ainda não haviam sido restituídas ao Banco.

6. Ativos fiscais

	<u>30/06/2025</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.825
Total	<u>5.825</u>

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Outros ativos

	<u>30/06/2025</u>
Rendas a receber	70.491
Dividendos	70.491
Outros	107.809
Adiantamentos e antecipações salariais	23
Devedores p/depósitos em garantia	107.781
Reserva compulsória	5
Total	178.300

Nota 7.a – Interposição de recursos fiscais

O saldo está representado por dividendos da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia e pelo resultado da venda das ações mencionada na nota explicativa 5.a, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 14 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

8. Investimentos em empresas controladas

Investimento em ações da EGIE com uma participação inferior a 10% do capital social da companhia, a administração, em atendimento às normas em vigor, registrou o valor de custo dessas ações no Ativo Permanente, Investimento no País – Outros Investimentos, pelo valor de R\$338.801 mil em 2025.

9. Imobilizado

	<u>30/06/2025</u>
Imóveis de Uso	1.470
Móveis e equipamentos de uso	16
Sistema e comunicação	14
Processamento de dados	174
(-) Amortização acumulada	(499)
Total	1.175

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Passivos Financeiros – Classificação por categoria

Ao custo amortizado

	30/06/2025
Depósitos	
Pessoas jurídicas ligadas	190
Outras instituições	72
Total	262
Obrigações por operações compromissadas	
Letras financeiras do tesouro	303.969
Letras do tesouro nacional	1.000.000
Notas do tesouro nacional	3.271.571
Total	4.575.540
Total	4.575.802

11. Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Corrente

	30/06/2025
Imposto de renda a pagar de exercícios anteriores	37.425
Contribuição social a pagar de exercícios anteriores	13.947
Total	51.372

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais do Banco Clássico e os valores registrados no resultado podem ser resumidas da seguinte forma:

Reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Lucro antes dos impostos	65.787
Adições/(exclusões) permanentes	
Brindes e representações	-
Multas	2.298
Dividendos	(70.491)
Contingências	-
Outras	924
Ajustes	-
PAT	-
Base de cálculo	(1.482)
IRPJ e CSLL Corrente	-

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos

O Banco Clássico possui investimentos a realizar em Renda Variável e cotas de Fundos nos seguintes ativos: Engie Brasil, Dinâmica Energia Fif Ações e Banclass Fif Ações que totalizam R\$28.227.587 mil, Em 30 de junho de 2025 os impostos diferidos calculados sobre os rendimentos destes ativos estão registrados no valor de R\$10.633.110.

13. Outros passivos

	<u>30/06/2025</u>
Circulante	
Sociais e estatutárias	-
Participações nos lucros	-
Fiscais e previdenciárias	1.377
Impostos e contribuições a recolher	1.377
Diversas	5
Outras	5
Total	1.382

14. Contingências passivas

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como remotas ou possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 7.c) e dividendos dessas ações (nota explicativa 9.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

Nota	Descrição	Principal em discussão em 30/06/2025	Atualizado até 30/06/025
14.a	Processos Administrativos	R\$ 22.946 mil	R\$ 18.778 mil
	Processos de Execução Fiscal		
14.b	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 7.a	R\$ 27.907 mil	R\$ 165.174 mil
14.c	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 5.a		
14.d	Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação	R\$ 34.381 mil	R\$ 179.350 mil

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Durante o semestre de 2025 foram aprovados pelo Banco Central do Brasil dois aumentos de capital no montante de R\$51.62 mil e desta forma em 30 de junho de 2025 o Capital Social está subscrito e integralizado no valor de R\$4.950.890 mil (Quatro bilhões, novecentos e cinquenta milhões, oitocentos e noventa mil reais), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

16. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A.

17. Receitas

Receitas de juros

	<u>30/06/2025</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Posição	
Bancada	250.240
Rendas com títulos de renda fixa	621
Total	<u>250.861</u>

Resultado com títulos de renda fixa

	<u>30/06/2025</u>
Lucro com títulos de renda fixa	747
Prejuízos com títulos de renda fixa	(633)
Total	<u>114</u>

Receitas de renda variável

	<u>30/06/2025</u>
Dividendos	70.491
Juros sobre capital próprio	211
Total	<u>70.702</u>

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
Taxa de administração de fundos	143
Total	<u>143</u>

Despesas de juros

	<u>30/06/2025</u>
Despesas com aplicações interfinanceiras	(249.895)
Total	<u>(249.895)</u>

18. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Diretoria e conselho de administração	60
Proventos	320
Benefícios	120
Encargos sociais	162
Despesas com remuneração estagiários	-
Total	<u>662</u>

19. Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2025</u>
Multas aplicadas pelo Bacen	2.298
Serviços técnicos especializados	2.148
Processamento de dados	438
Serviços do sistema financeiro	431
Comunicação	299
Água, energia e gás	41
Despesas de depreciação e amortização	27
Manutenção e conservação de bens	24
Transporte e despesas de viagem	12
Propaganda e publicidade	7
Seguros	-
Outras despesas administrativas	404
Total	<u>6.129</u>

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Despesas Tributárias

	30/06/2025
ISS	4
Cofins	134
PIS	22
Outras	155
Total	315

21. Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 30 de junho de 2025, os honorários atribuídos aos administradores da Instituição foram pagos em forma de Pró-labore e totalizam R\$60 mil.

22. Gerenciamento de Riscos

- a) **Controles Internos** – o Banco Clássico S.A. ostenta os níveis de Governança adequados as suas operações, sendo instituição ética e sustentável, bem como em consonância com as regulamentações vigentes (Banco Central do Brasil – “BCB”, Conselho Monetário Nacional – “CMN” e Comissão de Valores Mobiliários – “CVM”).

O objetivo é de manter uma estrutura efetiva e em linha com as demandas regulatórias de modo auxiliar a instituição a atender seus objetivos de forma ética e em conformidade com a legislação que rege a matéria.

- b) **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacionais** - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações da Resolução CMN nº 4.745, de 29/08/2019, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

O Banco Clássico S.A. mantém controle detalhado na intranet, que visa apurar as origens das ocorrências, apontando os eventos, os impactos, as ações de contingências, entre outros.

- c) **Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado** - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações da Resolução CMN nº 4.745, de 29/08/2019, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações.

A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- d) **Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito** - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 ("CMN") e atualizações da Resolução CMN nº 4.745, de 29/08/2019, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

Todos os processos são formalizados através de controles, bem como a emissão de relatórios periódicos, o que possibilita monitorar o limite preestabelecidos nas aprovações.

- e) **Risco de Liquidez** - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 ("CMN") e atualizações da Resolução CMN nº 4.745, de 29/08/2019, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

- f) **Gerenciamento de Capital** – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 ("CMN") e atualizações da Resolução CMN nº 4.745, de 29/08/2019. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

A avaliação da suficiência de capital é realizada para garantir que a Organização mantenha níveis adequados de capital para suportar e apoiar o desenvolvimento das suas atividades e fazer frente aos riscos incorridos, considerando os objetivos estratégicos definidos.

- g) **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRSAC")** – A PRSAC do Banco Clássico S.A. (Resolução nº 4.945/21, "CMN") é alinhada com o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, e compatível com a natureza da instituição e com as complexidades de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

- h) **Ouvidoria** dispõe de diretor responsável pela área e um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

No segundo semestre de 2024 foram elaborados relatórios que contempla o acompanhamento das demandas, e no período não foram apontados nenhum registro.

BANCO CLÁSSICO S/A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- i) **Comitê de Auditoria** - O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento a Diretoria, atualmente composto por três membros, sendo suas atividades definidas pela Resolução "CMN" nº 4.910/2021 e demais legislação vigente, além atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco Clássico S.A., e por seu regimento interno.

Sua atuação abrange o Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A., e possui, dentre suas competências, revisar previamente à publicação das demonstrações financeiras semestrais; avaliar a efetividade da auditoria independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição.

23. Acordo de Basiléia

Limites operacionais

O limite operacional foi definido pelo Comitê de Basiléia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE).

No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator F, com valor de 8% aplicado ao montante RWA (ativos ponderados pelo risco), de acordo com a Resolução Bacen nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), exceto cooperativas de crédito não filiadas à cooperativas centrais de crédito.

O Índice de Basiléia em 30 de junho de 2025 é de 45,43%.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 que requeressem divulgações nas demonstrações contábeis.

* * * * *